

---

## O ensaio sem qualidades: entre o historiador e o jornalista

*The essay without qualities: between the historian and the journalist*

**Ramsés Albertoni Barbosa e Christina Ferraz Musse**

---

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/cp/5390>

DOI: 10.4000/cp.5390

ISSN: 2183-2269

**Editora**

Escola Superior de Comunicação Social

**Edição impressa**

ISBN: 2183-2269

ISSN: 16461479

**Referência eletrónica**

Ramsés Albertoni Barbosa e Christina Ferraz Musse, « O ensaio sem qualidades: entre o historiador e o jornalista », *Comunicação Pública* [Online], Vol.14 nº 27 | 2019, posto online no dia 13 dezembro 2019, consultado o 14 novembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cp/5390> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cp.5390>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 14 novembro 2020.



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

---

# O ensaio sem qualidades: entre o historiador e o jornalista

*The essay without qualities: between the historian and the journalist*

Ramsés Albertoni Barbosa e Christina Ferraz Musse

---

## NOTA DO EDITOR

Recebido: 29 de junho de 2019

Aceite para publicação: 13 de novembro de 2019

## Introdução

- 1 O escritor austríaco Robert Musil possui uma noção de ensaísmo com desdobramentos singulares que ultrapassam as convenções de gênero, porquanto sua concepção de ensaio e de romance não se prende às formas, mas ao pressuposto existencial que as determina, uma espécie de *Lebensform* (Wittgenstein, 1996; 2001), cuja vinculação entre o significado e o uso da linguagem exige três condições, quais sejam, o modo como as palavras são utilizadas (o uso de regras); o contexto em que se empregam palavras (os jogos de linguagem); e, por fim, as funções que elas devem desempenhar (as formas de vida).
- 2 A linguagem da *Lebensform*, das formas de vida, caracteriza-se por uma ligação com as diversas práticas, sejam elas linguísticas ou não, das ações humanas, cuja interação constitui o seu cerne, porquanto é uma das maneiras da expressão comunicativa, em que o significado se dá em práticas sociais que governam o uso das expressões, permitindo o reconhecimento e a identificação de determinada experiência. Assim, representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida. Conforme Wittgenstein (1996), o conteúdo psicológico é algo essencialmente vivencial e, por isto, especificamente humano e pessoal, vinculado a atos não acessíveis somente pela observação. As vivências psicológicas são compreendidas como parte da atividade

linguística comum a uma forma de vida, a *Lebensform*, cuja compreensão dos conceitos psicológicos é agenciada via linguagem, pois “[...] representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida” (Wittgenstein, 1996, p. 19). Por conseguinte, dominar uma prática linguística demanda técnica. É mister saber jogar com as regras para que haja a compreensão daquilo que é exteriorizado, já que a forma de vida delimita a clareza da nossa expressão linguística, cujas vivências interiores são construções sociais que se realizam na aprendizagem de uma linguagem ao habitarmos uma *Lebensform*. Não possuindo uma definição específica, essa *forma de vida* adquire significado na conjunção com os jogos de linguagem e com as regras utilizadas nas mais variadas circunstâncias, consistindo na concordância de respostas de uma certa comunidade linguística.

- 3 Dessa maneira, ao não se prender às categorias de escrita, pois um romance pode ser escrito à maneira de um ensaio, Musil (1989) articula, na sua obra e, principalmente, no romance *O homem sem qualidades*, uma *Lebensform* como postura diante da realidade. Em tal articulação constrói uma “utopia do ensaísmo”, que pretende mudar o mundo através do espírito. Segundo o autor,  

[...] é uma característica do ensaio que aquilo que ele tem de mais interno seja tão pouco traduzível para o pensamento conceitual quanto um poema em prosa. [...] Os pensamentos ensaísticos atuam como pessoas que nos envolvem e se afastam de nós, sem que possamos fixá-las racionalmente (Musil, 1978, p. 1450).
- 4 Musil (1978) argumenta a respeito de uma questão essencial ao romance, sugerindo que a realidade é mais uma ficção entre outras e que por trás da aparente estabilidade das coisas há uma trama à qual não se tem acesso. Segundo o autor,  

não se trata de outra coisa a não ser de um mal-entendido, uma confusão entre entendimento (*Verstand*) e alma. Não é que tenhamos muito entendimento e pouca alma, mas que tenhamos pouco entendimento nas questões da alma, [...] não agimos nem pensamos acerca do nosso eu. Nisso reside a essência de nossa objetividade; ela relaciona as coisas entre si [...]. A objetividade não funda, assim, nenhuma ordem humana, mas sim objetiva (Musil, 1978, p. 1092).
- 5 Nos seus ensaios, que o próprio autor localiza entre a ciência e a arte, Musil elenca julgamentos contraditórios, pois acredita que das possibilidades de relações entre eles seja possível vislumbrar o imponderável da investigação do real. Deve-se lembrar que o ensaio permite o movimento do espírito, cuja reflexão se desloca da objetividade para a subjetividade, cultivando, não obstante, seu viés crítico-analítico. No entanto, é no romance que os julgamentos contraditórios, desenvolvidos no ensaísmo, se prestarão a uma observação generalizada e se enredarão de maneira singular (Musil, 1978).
- 6 No romance *O homem sem qualidades*, Musil (1989) se apropria do recurso do *formal realism* (Watt, 1957), cujo método narrativo incorpora uma visão circunstancial da vida a partir de um conjunto de procedimentos narrativos peculiares e característicos do gênero romance. Apesar de ser uma convenção, esse método possui vantagens específicas, porquanto existem diferenças importantes no grau em que as diferentes formas literárias mimetizam a realidade, o que lhe permite uma imitação mais imediata da experiência individual situada num contexto temporal e espacial.
- 7 Segundo Lukács (2000), isso vai ocorrer porque a arte se tornou independente dos modelos clássicos e, atualmente, o romance já não é mais a cópia de um modelo pré-estabelecido, mas, sim, uma totalidade criada, visto que a “unidade natural das esferas metafísicas” se rompeu. Portanto, a arte é tão-só uma esfera entre muitas que possui, como pressupostos de sua existência e conscientização, o esfacelamento e a

insuficiência do mundo. O romance, como “epopeia da era burguesa”, segundo o autor, está, desse modo, paradoxalmente condenado à fragmentariedade e à insuficiência por um substrato histórico-filosófico, além de ser a “narrativa de uma era”, para a qual a totalidade extensiva da vida não se dá de modo evidente e cuja imanência se tornou problemática, apesar de possuir uma intenção de totalidade. Deve-se ressaltar que, assim como o romance e a imprensa, o conceito “literatura” toma forma a partir da segunda metade do século XVIII, marcado pela Revolução Industrial e pelo modo de produção capitalista, cujas corporações de ofício da Idade Média cedem espaço para a produção de manufaturas industriais. É nesse momento que o termo “literatura” adquire os significados relacionados com a criação artística e com o conjunto de textos resultantes desta atividade criadora, porquanto antes havia a Poética e a Retórica. O vocábulo “literatura” vem do latim, de *littera*, que significa letra, e remete para um conjunto de habilidades de ler e escrever de “forma correta”. Daí a diferença entre os letrados e os iletrados. Como epopeia moderna, o romance dá forma a uma totalidade de vida fechada a partir de si mesma, buscando descobrir e construir, pela forma, a totalidade oculta da vida, pois

somente a prosa pode então abraçar com igual vigor as lamúrias e os lauréis, o combate e a coroação, o caminho e a consagração; somente sua desenvolta ductibilidade e sua coesão livre de ritmo captam com igual força os liames e a liberdade, o peso dado e a leveza conquistada ao mundo, que passa então a irradiar com imanência o sentido descoberto. [...] A estrutura dada do objeto aponta para a intenção da configuração: todos os abismos e fissuras inerentes à situação histórica têm de ser incorporados à configuração e não podem nem devem ser encobertos por meios composicionais. Assim, a intenção fundamental determinante da forma do romance objetiva-se como psicologia dos heróis romanescos: eles buscam algo. O simples fato da busca revela que nem os objetivos nem os caminhos podem ser dados imediatamente (Lukács, 2000, p. 58-60).

- 8 A rigor, o herói dessa epopeia moderna jamais será um indivíduo, pois seu traço essencial é tratar do destino de uma comunidade, já que a perfeição e a completude do seu sistema de valores articula um todo demasiado orgânico para que uma de suas partes possa tornar-se uma individualidade isolada (Lukács, 2000). A narrativa individual só pode ocorrer, desse modo, sob o peso da vinculação de um destino com uma totalidade, porquanto o destino universal é o que confere conteúdo aos acontecimentos. De acordo com o autor, a perspectiva do narrador, ao contrário, independentemente das convicções particulares de quem escreve, estimula a compreensão da realidade como um processo de transformação incessante, isto é, como um movimento que está permanentemente engendrando o conhecimento.

## 1. O ensaio como solução

- 9 A personagem Ulrich, do romance *O homem sem qualidades* (Musil, 1989), considera que o ensaísmo surge como uma solução, pois
- ele procura compreender-se de outra forma; com inclinação para tudo o que o multiplique interiormente, ainda que moral ou intelectualmente proibido, sente-se como um passo livre em todas as direções, mas que leva de um equilíbrio a outro equilíbrio, seguindo sempre em frente. E se alguma vez pensa ter a ideia certa, percebe que uma gota de indizível fogo caiu no mundo, e sua luz faz tudo parecer diferente. Mais tarde, com maior capacidade intelectual, isso se transformou em Ulrich numa ideia que já não ligou à incerta palavra hipótese, mas, por determinadas razões, ao conceito singular de ensaio. Mais ou menos como um

ensaio examina um assunto de muitos lados em seus vários capítulos, sem o analisar inteiro – pois uma coisa concebida inteira perde de repente sua abrangência e se derrete num conceito –, ele acreditava ver e tratar corretamente o mundo e a própria vida (Musil, 1989, p. 181).

- 10 Neste romance, o ensaio se torna assim a forma única e irrevogável que a vida interior de uma personagem pode assumir num pensamento decisivo (Musil, 1989). Para a personagem Ulrich, nada é

[...] mais estranho do que a irresponsabilidade e incompletude das ideias eventuais que chamamos subjetividade; mas também verdadeiro e falso, inteligente e não inteligente, não são conceitos que se possam aplicar a tais pensamentos, apesar de tudo submetidos a leis tão severas quanto parecem delicadas e inefáveis. Houve muitos desses ensaístas entre os mestres da vida interior flutuante, mas não faz sentido mencioná-los; seu reino fica entre religião e saber, entre exemplo e doutrina, entre amor intellectualis e poesia; são santos com e sem religião, e por vezes também são simplesmente homens que se perderam numa aventura (Musil, 1989, p. 183).

- 11 Musil (1989) questiona, no romance-ensaio, sobre o lugar do ensaísta, porquanto o homem que busca a verdade se torna erudito, enquanto o que busca liberar sua subjetividade se torna escritor; não obstante, o que fará um homem que quer qualquer coisa entre esses dois polos? A resposta não nos é dada de forma clara, mas pode-se perceber que o autor está falando do ensaísta, pois o ensaio é esta coisa qualquer entre dois polos, é um entrelugar em que a escrita adquire desdobramentos singulares que ultrapassam as rígidas convenções de gênero, criando uma escrita existencial de formas de vida, uma *Lebensform*, caracterizada por uma ligação com as diversas práticas das ações humanas.

- 12 As personagens do romance *O homem sem qualidades* (Musil, 1989) estão envolvidas com a criação de uma ação patriótica, a Ação Paralela, que inicia seus trabalhos de maneira muito reservada.

Nada de ministros nem altas personalidades oficiais; não havia “políticos; era intencional; tudo devia começar num círculo muito restrito de abnegados servidores da ideia. O presidente do Banco do Estado, os senhores von Holtzkopf e Barão Wisnieccky, algumas damas da alta aristocracia, personalidades conhecidas da benemerência privada, e, de acordo com o conceito de “propriedade e cultura” do Conde Leinsdorf, aguardavam-se representantes de universidades, de sociedades artísticas, da indústria, grandes proprietários de imóveis e autoridades eclesiásticas. Os departamentos governamentais tinham enviado como representantes jovens funcionários pouco conhecidos que combinavam socialmente com aquele grupo, e gozavam da confiança dos respectivos chefes. A composição daquela assembleia correspondia aos desejos do Conde Leinsdorf, que pensava numa manifestação nascida livremente do seio do povo (Musil, 1989, p. 118).

- 13 Enquanto isso, Rachel, a pequena criada de quarto de Diotima, cuida dos preparativos para a reunião de maneira entusiasmada, pois, na noite anterior, a patroa lhe disse que iria se fazer história universal naquela casa. Durante a reunião, um professor universitário pediu a palavra.

Ele falou do caminho da História. Quando olhamos em frente, disse, vemos uma parede opaca! Quando olhamos à esquerda ou à direita: uma abundância de fatos importantes, sem direção clara! [...] Mas, olhando para trás, tudo se torna ordenado e objetivo, como por algum desígnio milagroso... Por isso, se lhe permitiam dizer assim, vivemos em todos os momentos o mistério de um desígnio miraculoso. E ele considerava uma ideia grandiosa abrir os olhos de um povo, permitir que tivesse

uma visão consciente da providência, exortando-o num caso determinado de especial solenidade (Musil, 1989, p. 125).

- 14 Essa visão positivista da história tem a anuência da grande maioria dos correligionários da Ação Paralela, pois, segundo eles, o homem comum vive e morre alienado do mundo que o rodeia, e compreender a realidade é exclusivamente assunto para o pensador histórico e político, ou seja, é atividade para uma aristocracia. Essa certeza se desfaz, não obstante, quando os presentes são questionados sobre as propostas da Ação Paralela.

Se, na vida, lhes tivessem perguntado se sabiam o que eram grandes acontecimentos históricos e coisas deste gênero, teriam respondido afirmativamente; mas, quando lhes pediram que inventassem algum, aos poucos começaram a sentir as pernas bambas, e dentro deles agitava-se um resmungo bastante natural. Nesse momento perigoso, Diotima, que tinha um lanche preparado, interrompeu diplomaticamente a reunião (Musil, 1989, p. 125).

- 15 As personagens do romance musiliano acreditam estar fazendo/vivendo a história, e essa certeza advém de suas relações com o discurso orquestrado pela imprensa. O Conde Leinsdorf “[...] só conhecia a visão do mundo de seus contemporâneos pelas disputas no Parlamento ou na imprensa” (Musil, 1989, p. 66). Ao longo da narrativa, o autor deixa claro que suas personagens não compreendem que nem todo fato jornalístico aborda um fato que será tratado pela História posteriormente como histórico, como também não necessariamente vai retratar por si só um fato social.

## 2. Sobre Literatura, Comunicação e História

- 16 Após essas considerações a respeito do romance *O homem sem qualidades*, de Musil (1989), deve-se ressaltar que o artigo, por meio da literatura, se articula em duas frentes complementares, História e Comunicação, cujas “afinidades eletivas” dizem respeito à reflexão acerca das instâncias de interlocução, aos limites e às possibilidades do diálogo entre duas epistemologias, sendo tomadas, em sentido estrito, como expressão de configurações culturais. Contudo, a questão não é tão simples quanto parece, pois, conforme Martino,

o saber epistemológico é hoje fortemente marcado e dirigido para a epistemologia das ciências naturais, especialmente a Física, de modo que muito do que hoje é designado como epistemologia geral poderia ser na verdade, pura e simplesmente, classificado como epistemologia local desta disciplina. Daí nossa dificuldade em situar a Comunicação no movimento geral das correntes epistemológicas contemporâneas. Na falta de ligação entre o geral e o específico, toda tentativa de situar a Comunicação no espaço das epistemologias globais corre o risco de encontrar um campo relativamente alheio aos problemas apresentados às ciências humanas. É forte o sentimento de que a Comunicação deva ser considerada apenas como uma disciplina *sui-generis*; e mesmo quando se admite considerá-la como uma disciplina científica, persiste ainda o sentimento de que deva ser considerada apenas como uma ciência aplicada, no sentido em que seu saber e sua cientificidade são derivados de outros saberes (Martino, 2003, p. 82-83).

- 17 Apesar de considerar essa dificuldade de conceituação do termo Comunicação, é possível pensá-lo, no escopo dessa pesquisa, como o ato de transmitir e trocar signos e mensagens por meio de procedimentos técnicos que surgiram na Modernidade, compreendendo a mediação cotidiana do conjunto das relações sociais, na difusão de ideias e das formas de conduta que apresentam lugar na sociedade.

- 18 Portanto, a Comunicação pode ser entendida, na contemporaneidade, como o “bios midiático”, conforme pontua Sodré (2002), ou seja, ela é o espaço *sensorium* que se constitui eficazmente enquanto espaço de redes de sentido que conformam um sentido de real, pois a rede tecnológica se confunde com o processo comunicacional, cujo resultado é a imagem-mercadoria. Dessa forma,
- [...] a sociedade contemporânea (dita “pós-industrial”) rege-se pela mediatização, quer dizer, pela tendência à “virtualização” ou telerrealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação. A estas se deve a multiplicação das tecnointerações setoriais. [...] A mediatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de “tecnointeração” –, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada médium. (Sodré, 2002, p. 19).
- 19 O autor alerta, no entanto, que é preciso diferenciar mediatização de “mediação” e “interação”, pois qualquer cultura implica mediações simbólicas, enquanto a interação se refere a um dos níveis operativos do processo mediador.
- 20 Com relação à conceituação do termo História, as dificuldades não são menores, porém, é possível considerar que o seu moderno conceito, *Geschichte*, traz uma distância bem marcada entre as experiências do passado e as expectativas do futuro. O fio condutor na análise desse conceito são as suas transformações até à Modernidade, conforme ajuíza Koselleck (2013). A palavra “história”, cujo primeiro registro conhecido remonta a Heródoto, no século V a.C., é um patrimônio de diferentes culturas ocidentais cultivado, expandido e ressignificado há milênios. No entanto, de acordo com Koselleck,
- a História é um conceito moderno que – apesar de resultar da evolução continuada de antigos significados da palavra –, na prática, corresponde a uma configuração nova. Naquilo que tange à História do termo, o conceito se cristaliza a partir de dois processos de longa duração que no final vão confluir e, assim, desbravar um campo de experiência que antes não podia ser formulado. Por um lado, trata-se da criação do coletivo singular, que reúne a soma das histórias individuais em um conceito comum. Por outro lado, trata-se da fusão de História (como conjunto de acontecimentos) e Historie (como conhecimento, narrativa e ciência históricos) (Koselleck, 2013, p. 119).
- 21 É preciso ressaltar que cada sociedade constrói os seus próprios “regimes de historicidade”, conceito desenvolvido por Hartog (2013) que diz respeito a algo mais ativo que “época”, pois é a expressão da experiência temporal, haja vista que organiza o passado como uma “sequência de estruturas”, uma *Erfahrung* do tempo que conforma os modos de vivenciar o próprio tempo. Ou seja, está-se problematizando as maneiras de se refletir e articular passado, presente e futuro, compondo um misto dessas três categorias, lançando dúvidas sobre a possibilidade de se construir uma consistente “garantia de sentido”, qualquer que seja sua localização no discurso. Os regimes de historicidade designam, logo, formas específicas de experiência do tempo, ocorrendo a dominância, em cada sociedade, de uma das instâncias temporais sobre as outras: regime de historicidade passadista ou presentista ou futurista. Sua função é articular as instâncias do tempo, expondo/inibindo as relações hierárquicas que promovem certas formas de experiência do tempo.
- 22 A História, dessa forma, tem por objeto o Homem, por isso é a ciência que estuda os homens no tempo – é uma ciência dos homens no tempo –, cuja primeira característica,

“o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, (segundo a feliz expressão de François Simiand), um conhecimento através de vestígios” (Bloch, 2002, p. 73); no entanto, é impossível ao observador provocar ele mesmo o surgimento desses vestígios, por isso, o pesquisador não é alguém inteiramente livre, haja vista que “o passado é seu tirano”, pois o impede de “conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece, conscientemente ou não” (Bloch, 2002, p. 75).

- 23 Ao fazer o inventário dos caminhos e descaminhos da História nas últimas décadas, Vainfas (1997) pondera – junto com vários pesquisadores, por meio de um quadro epistemológico geral em que se insere uma imensidade de territórios do historiador, assim como os múltiplos campos de investigação – que foi possível identificar dois paradigmas:

O Iluminista, partidário de uma história científica e racional e portanto convencido da existência de uma realidade social global a ser historicamente explicada, e o Pós-moderno, cético em relação a explicações globalizantes e tendente a enfatizar, em maior ou menor grau, as representações construídas historicamente (Vainfas, 1997, p. 441).

- 24 No paradigma Iluminista prevalece a distinção entre o sujeito e o seu objeto de investigação, cuja narrativa histórica explica, por meio de modelos hipotético-dedutivos de distintas matrizes, a sociedade; já no paradigma Pós-Moderno prevalece certa confusão entre o sujeito e o objeto, o que resulta da crença de que o investigador é parte integrante da investigação.
- 25 A respeito das possibilidades e dos desafios atuais da epistemologia da História, Wehling (1992) pondera que eles ultrapassam as fronteiras de um campo específico, pois a definição de uma epistemologia passa pela relação cognitiva entre o sujeito cognoscente e o próprio objeto de pesquisa, delimitado heurísticamente. Dessa forma, a epistemologia histórica relaciona-se, como procuramos demonstrar, com a epistemologia geral, na medida em que esta procura equacionar problemas oriundos da quebra do paradigma clássico em suas versões científica, filosófica e histórica, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento do processo cognitivo da ciência enquanto uma das formas gerais do conhecimento (Wehling, 1992, p. 164).
- 26 A epistemologia histórica desdobra-se, assim, em dois aspectos simultâneos: um que diz respeito às abordagens epistemológicas possíveis, e outro que fundamenta o “campo histórico”, contribuindo para o aperfeiçoamento teórico-crítico da História.
- 27 Por conseguinte, as afinidades eletivas entre História e Comunicação são o resultado de um arranjo único e de uma inter-relação das partes, o que constitui uma nova entidade que revela as (des)continuidades entre essas duas formas de operacionalização e de compreensão da realidade social. Logo, esse conceito abre possibilidades para a compreensão de realidades e de relações complexas, expandindo o campo para a superação de um reducionismo estrito que apaga as nuances dos significados atribuídos às relações sociais estabelecidas.
- 28 De acordo com Löwy (1989), tanto a produção quanto a recepção e a apropriação dos conceitos são o resultado de uma complexa trama de aproximações e de repulsões, de afinidades e de interditos, de movimentos de convergência, de atração recíproca, de combinação, podendo chegar à fusão em múltiplas escalas e temporalidades. Essa forma, essencialmente antropológica, de interpretação e compreensão dos fenômenos da sociedade, expressa no sentido atribuído ao conceito de sociedade, se realiza pela interveniência da mediação, da interação, da fusão, da metamorfose, permitindo,

igualmente, justificar processos de interação que não dependem nem da causalidade direta nem da relação expressiva entre forma e conteúdo, já que não se dá no vazio ou na placidez da espiritualidade pura, sendo (des)favorecida por condições histórico-sociais, cuja análise é compatível com o reconhecimento do papel determinante das condições socioeconômicas.

- 29 É necessário, porém, distinguir entre o jornalismo como prática social que envolve a esfera da produção/circulação/recepção de notícias e o jornalismo como campo de pesquisa que elabora conhecimento científico e possui uma ligação com o campo da História, inclusive existindo um *corpus* de História do Jornalismo. Dessa forma, no campo das práticas discursivas, essa afinidade eletiva se configura na possibilidade de os historiadores recorrerem ao material jornalístico para elaborarem suas narrativas, assim como de os jornalistas utilizarem o conhecimento histórico.
- 30 De acordo com Burke (2002), a historiografia moderna é marcada pelo paradigma rankeano, que, no século XIX, deu início ao caráter científico da História, assim como sua profissionalização e institucionalização, provocando uma ruptura no uso das fontes e dos métodos. Apesar disso, esse modelo tradicional, objetivista ou positivista, sofrerá abalos logo a seguir que tentarão suplantam o nível da descrição dos acontecimentos para alcançar a análise das estruturas, compreendendo os mecanismos que presidem as mudanças históricas, alargando, por conseguinte, o horizonte de pesquisas e das fontes, superando, inclusive, o entendimento do “fato histórico” como único e irredutível, no intuito de alcançar esquemas de interpretação mais gerais. Conforme Nora,
- no acontecimento de tipo moderno, já não é o historiador que dispõe, nem mesmo o jornalista, que não é também mais que o eco instantâneo duma coisa muito mais vasta, e que forma este emaranhado da atualidade. [...] O acontecimento é esta montanha incontornável ou esse precipício em que se podem decifrar todas as camadas sucessivas da realidade imediata. É necessário auscultar o acontecimento porque é ele que une, como num feixe, todos os significados sociais de que os rodeia. A mais ou menos longo prazo, este acontecimento pode ser um *fait divers*. E hoje em dia o acontecimento é, de certo modo, um *fait divers* (Nora, 1984, pp. 48-49).
- 31 Entretanto, atualmente, uma certa parcela da imprensa tenta passar a ideia segundo a qual o fato jornalístico se assemelha ao fato histórico, pois, ao exercer um papel crucial na produção de uma ideia de história, o jornalismo procura indicar os fatos da realidade que devem ser memoráveis no futuro, já que se considera o porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social. De acordo com Lene,
- o discurso jornalístico semantiza os acontecimentos sociais, produzindo uma ideia de História que se articula em dois níveis temporais: naquele que relaciona o homem com as transformações do seu próprio cotidiano (a atualidade) e naquele mais geral, da sua relação com o passado. A ideia de História resultante do primeiro nível define-se, no senso comum, pela consciência que os indivíduos têm do processo social no qual estão inseridos. É a chamada história vivida, registrada cotidianamente nos jornais. Mas a mensagem jornalística, quando considerada como o registro histórico por excelência, acaba por também impor aos historiadores um modo de recordação do passado (Lene, 2014, p. 7).
- 32 Deve-se ressaltar, inclusive, a questão dos “poderes simbólicos”, conforme pontua Bourdieu (2010), os quais são sustentados via sistemas simbólicos estruturados e irremediavelmente estruturantes, exercendo poder de persuasão, e conseguindo, assim, a homogeneidade de pensamentos. Esse poder simbólico tem, segundo o autor, a capacidade

[...] de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização (Bourdieu, 2010, p. 14).

- 33 Assim sendo, é preciso considerar que existem dois tipos de conhecimento e de percepção da realidade (senso comum e formal/metódico/científico) segundo a Sociologia do Conhecimento (Park, 1976), cuja pesquisa estuda as condições sociais de produção de conhecimento, abarcando as relações sociais envolvidas na sua produção, buscando a gênese do conhecimento intelectual e dos usos no ambiente social e considerando outros fatores determinantes da produção de conhecimento que não os de consciência puramente teórica, mas também de natureza não teórica, provenientes da vida social e das influências e das vontades a que o indivíduo está sujeito.
- 34 Dessa maneira, a notícia veiculada pela imprensa é classificada como tendo uma localização própria dentro do conhecimento, mas não o conhecimento sistemático. Tem uma ligação, sim, à História, pois se refere a acontecimentos; contudo, a notícia também não é História, porque seus fatos não são históricos. A notícia se refere, em conjunto, a acontecimentos isolados e não efetua a relação entre eles nem os trata como sequências causais teleológicas. No discurso da História o fato é uma elaboração intelectual que não estuda todos os fatos ocorridos no passado, mas apenas os eleva, após elaboração teórica, à categoria de fatos históricos, porquanto pressupõe um sistema de referência e uma teoria, acontecimentos e processos. De tal modo, “o conhecimento dos fragmentos, sucessivamente estudados, cada um por si, jamais propiciará o do todo, não propiciará sequer o dos próprios fragmentos” (Bloch, 2002, p. 134).
- 35 Selecionar/relacionar/valorizar, portanto, são operações de construção de sentido, impossíveis sem a intervenção de sujeitos. Como prática, o fato histórico depende do historiador que trabalha/inventa as fontes para construir o seu objeto teórico (Nora, 1984), transformando as matérias-primas, socialmente trabalhadas, em obras da historiografia e deslocando as informações que recolhe. Como ciência que estuda o processo de transformação da realidade social, a História pode mostrar as diferenças entre o que foi e o que é, simbolizando os limites entre o passado e o presente, tornando maleável a distinção entre passado-presente-futuro, que está sujeita a múltiplas manipulações, já que essas referências não são próprias do tempo, mas resultantes de um ponto de vista sobre ele.
- 36 É preciso ressaltar que o tempo, juntamente com o espaço, é um dos *a priori* kantianos. Segundo o autor,
- o tempo não é um conceito empírico que derive de uma experiência qualquer. Porque nem a simultaneidade nem a sucessão surgiriam na percepção se a representação do tempo não fosse o seu fundamento *a priori*. Só pressupondo-a podemos representar-nos que uma coisa existe num só e mesmo tempo (simultaneamente), ou em tempos diferentes (sucessivamente). O tempo é uma representação necessária que constitui o fundamento de todas as intuições. Não se pode suprimir o próprio tempo em relação aos fenômenos em geral, embora se possam perfeitamente abstrair os fenômenos do tempo. O tempo é, pois, dado *a priori*. Somente nele é possível toda a realidade dos fenômenos. De todos estes se pode prescindir, mas o tempo (enquanto a condição geral da sua possibilidade) não pode ser suprimido (Kant, 2001, p. 96).

- 37 Posto isto, toda forma de saber existe no tempo como fundamento das intuições, possuindo, assim, uma positividade que não é condicionada pela cientificidade e que não pode ser julgada por uma referência que não seja o próprio saber. Dessa forma, é necessário especificar um método de investigação que vise entender a ordem interna que constitui um determinado saber, por isso, a análise arqueológica precisa transitar por diferentes formulações conceituais, pertencentes a diferentes saberes. Conforme Foucault,

[...] a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento (Foucault, 2008, p. 8).

- 38 Por conseguinte, o método arqueológico foucaultiano é uma maneira de fazer história que considera todas as práticas discursivas a partir do estatuto do acontecimento, pois o que foi dito instaura uma realidade discursiva que permite deslindar como o homem constrói sua própria existência, já que os sujeitos e os objetos, ao contrário do tempo, não existem *a priori*, mas são construídos discursivamente sobre o que se fala acerca eles. A partir da análise de um conjunto de documentos, o historiador estabelece certo número de relações.

[...] Interpreta mais o documento para apreender por trás dele uma espécie de realidade social ou espiritual que nele se esconderia; seu trabalho consiste em manipular e tratar uma série de documentos homogêneos concernido a um objeto particular e a uma época determinada, e são as relações internas ou externas desse corpus de documentos que constituem o resultado do trabalho do historiador (Foucault, 2008, p. 291).

- 39 A arqueologia foucaultiana estaria voltada para o estudo das interpretações, apropriações, criações e regulações do conhecimento por parte das sociedades em determinados momentos históricos, possibilitando a formação de atos de fala enunciativos ou ilocutórios que estariam contidos no interior das formações discursivas orientadas por um regime de verdade.
- 40 Para tanto, ao partirmos para uma interpretação da construção de sentido, cuja melhor elucidação se dará mais adiante, é preciso que se compreendam os discursos a partir de uma complexa “rede de significantes”, como formula Lacan (1999). Aí, o “sintoma” indica que existe um sentido oculto em sua manifestação que será revelado a partir de um deciframento, o qual deve seguir por uma cadeia de significantes, sofrendo condensações e deslocamentos a ponto de seu conteúdo manifesto não se assemelhar mais ao conteúdo latente, cujo discurso consiste numa refinada mistura do senso comum.

Na mensagem, vem à luz o sentido. A verdade que há por enunciar, se é que existe verdade, está ali. Na maior parte do tempo, nenhuma verdade é anunciada, pela simples razão de que, na maioria dos casos, o discurso absolutamente não atravessa a cadeia significante, que é o puro e simples ronronar da repetição, o moinho de

palavras, que passa num curto-circuito entre B e B'. O discurso não diz absolutamente nada, a não ser que sou um animal falante. Esse é o discurso comum, feito de palavras para não dizer nada, graças ao qual, nos certificamos de não estar simplesmente lidando, frente a frente, com o que o homem é em estado natural, ou seja, um animal feroz (Lacan, 1999, p. 20).

- 41 Para Saussure o signo é composto por uma unidade de significante e significado. Lacan, por sua vez, rompe essa unidade, ligando os significantes uns aos outros. O lugar do significante é sua relação com outros significantes, vinculados numa cadeia significante. As leis que determinam a combinatória de significantes são as leis da linguagem, através dos processos metafóricos e metonímicos. O que faz parte da própria estrutura do significante é a conexão com outros significantes formando uma cadeia, pois o significante não se refere a nada, ele é um modo de funcionamento, é a utilização da linguagem como liame.
- 42 Dessa forma, ao refletirmos a respeito do fato histórico e da sua formulação, chegamos à conceituação aristotélica da tragédia como exemplo de complexidade interpretativa. Se Foucault nos fala dos “rastros inertes” e Lacan da “cadeia de significantes”, o que importa para Aristóteles (1990), na tragédia, é a “trama dos fatos”, cujos três elementos estruturais do mito complexo da tragédia são a peripécia, o reconhecimento e a catástrofe.

Se, por conseguinte, alguém ordenar discursos em que se exprimam caracteres, por bem executados que sejam os pensamentos e as elocuições, nem por isso haverá logrado o efeito trágico; muito melhor o conseguirá a tragédia que mais parcimoniosamente usar desses meios, tendo, no entanto, o mito ou a trama dos fatos. Ajuntemos a isto que os principais meios por que a tragédia move os ânimos também fazem parte do mito; refiro-me a peripécias e reconhecimentos (Aristóteles, 1990, p. 253).

- 43 A peça teatral *Édipo Rei* é uma tragédia escrita por Sófocles por volta de 427 a.C. e faz parte de uma trilogia que se completa com *Antígona* e *Édipo em Colono*. Essa peça centra-se na família de Édipo, cuja história é determinada por uma profecia que diz que Édipo matará o seu pai e se casará com a sua mãe. Sófocles se utiliza de dois recursos narrativos em sua poética, a peripécia e o reconhecimento.

Chamo ação “simples” aquela que, sendo una e coerente, efetua a mutação de fortuna, sem peripécia ou reconhecimento; ação “complexa”, denomino aquela em que a mudança se faz pelo reconhecimento ou pela peripécia, ou por ambos conjuntamente. É, porém necessário que a peripécia e o reconhecimento surjam da própria estrutura interna do mito, de sorte que venham a resultar dos sucessos antecedentes, ou necessária ou verossimilmente. Porque é muito diverso acontecer uma coisa por causa de outra, ou acontecer meramente depois de outra (Aristóteles, 1990, p. 258).

- 44 Dessa forma, a personagem Édipo precisará deslindar os nós de sua história que ele próprio reconhece. A peripécia, segundo Aristóteles (1990), é um recurso usado na tragédia com a finalidade de apresentar “giros” ou acontecimentos que mudam o percurso das ações. Na peça, esse elemento é introduzido no diálogo entre Édipo e Tirésias.

Tirésias – Agora ouve: o homem que vens procurando entre ameaças e discursos incessantes sobre o crime contra o rei Laio, esse homem, Édipo, está aqui em Tebas e se faz passar por estrangeiro, mas todos verão bem cedo que ele nasceu aqui e essa revelação não há de lhe proporcionar prazer algum; ele, que agora vê demais, ficará cego; ele, que agora é rico, pedirá esmolas e arrastará seus passos em terras de exílio, Tateando o chão à sua frente com um bordão. Dentro de pouco tempo saberão

que ele ao mesmo tempo é irmão e pai dos muitos filhos com quem vive, filho e consorte da mulher de quem nasceu; e que ele fecundou a esposa do próprio pai depois de havê-lo assassinado! Vai e reflete sobre isso em teu palácio e se me convenceres de que agora minto então terás direito de dizer bem alto que não há sapiência em minhas profecias! (Sófocles, 2002, p. 38)

- 45 Este fato gera no protagonista intrigas, preocupações, desespero e tristeza que fazem com que o drama fique cada vez mais intenso e complexo. O reconhecimento acontece quando o mensageiro confirma ao rei Édipo suas origens. Este fato desencadeará uma série de eventos que terão como resultado um final trágico, que são a extirpação dos olhos de Édipo por ele mesmo, seu desterro e o suicídio de Jocasta. Após um longo percurso, Édipo começa a aclarar sua própria consciência.

Édipo – Ai! Infeliz de mim! Começo a convencer-me de que lancei contra mim mesmo, sem saber, as maldições terríveis pronunciadas hoje! [...] É horrível! Temo que Tirésias, mesmo cego, tenha enxergado [...] Ah! Deuses! Tudo agora é claro! [...] E o que é pior, fui eu, não foi outro qualquer, quem pronunciou as maldições contra mim mesmo. [...] Ai de mim! Ai de mim! As dúvidas desfazem-se! Ah! Luz do sol. Queiram os deuses que esta seja a derradeira vez que te contemplo! Hoje tornou-se claro a todos que eu não poderia nascer de quem nasci, nem viver com quem vivo e, mais ainda, assassinei quem não devia! (Sófocles, 2002, pp. 54-81)

- 46 Por fim, a personagem Édipo elucida sua própria história, cuja luz do conhecimento é tão assustadora que ele perfura os próprios olhos, cegando-se. O reconhecimento é a passagem do ignorar ao conhecer, que se faz para amizade ou inimizade das personagens que estão destinadas para a dita ou para a desdita.
- 47 Dessa forma, a partir de toda a nossa formulação anterior a respeito do ofício do historiador e do jornalista, se o fato é “Édipo se casa com Jocasta”, o historiador e o jornalista, após um longo e complexo percurso de pesquisa, investigam a arqueologia da forma discursiva, deslindam a cadeia de significantes, desvendam a tragédia e chegam à conclusão de que “Édipo matou o próprio pai e se casou com a própria mãe”.
- 48 Como exemplo recente desse longo e árduo processo de investigação, pode-se citar o caso da Operação Lava Jato, no Brasil, um conjunto de investigações da Polícia Federal brasileira que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, no intuito de apurar um esquema de corrupção que movimentou bilhões de reais em propina, cujo início se deu em 17 de março de 2014 e contou com 67 fases operacionais autorizadas pelo então juiz Sérgio Moro.
- 49 A partir de junho 2019, por meio da organização de notícias *on-line* *The Intercept*, sob responsabilidade do jornalista estadunidense Glenn Greenwald, teve início a Vaza Jato, termo pelo qual ficou conhecido o vazamento de conversas no aplicativo *Telegram* entre o ex-juiz Sérgio Moro e o promotor Deltan Dallagnol, no âmbito da Operação Lava Jato, com evidências de discussões internas e atitudes controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa. As transcrições reveladas pelo *The Intercept* indicam que o juiz cedeu informação privilegiada à acusação, auxiliando o Ministério Público Federal a construir casos, além de orientar a promotoria, sugerindo modificação nas fases da operação Lava Jato.
- 50 Assim, esses profissionais, tanto da Comunicação quanto da História, ao auscultarem o acontecimento, o feixe que une os significados sociais, percebem que é preciso compreender o emaranhado da atualidade estudada, porquanto, o acontecimento é

uma “montanha incontornável” em que é possível decifrar todas as camadas sucessivas da realidade imediata.

- 51 Deve-se considerar, portanto, que a informação é a matéria-prima de historiadores e de jornalistas, cujo objetivo é aprimorar a troca de ideias, envolvendo a sociedade civil e contribuindo criticamente para o debate público, por meio de princípios democráticos e com potencial educativo e emancipatório. Fora das demarcações imaginárias do mundo ideal, existe, todavia, uma série de interferências e de interesses políticos, econômicos e culturais que desequilibra a informação entre a simplificação didática e a simples distorção. Por isso, a questão a respeito das afinidades eletivas entre a História e a Comunicação é uma demanda espinhosa que não se reduz a uma mera dicotomia, mas que exige diálogo e compreensão e cujas disputas epistemológicas são fenômenos sintomáticos do teor tenso e assimétrico desse relacionamento.

## Conclusão

- 52 Conforme fora explicitado, as personagens do romance *O homem sem qualidades* (Musil, 1989) acreditam fazer e viver a história, cujas certezas e verdades sobrevivem de suas relações com a imprensa. Bucci (2019) ajuíza que a imprensa nunca teve a missão de entregar a verdade, mas, sim, de permitir um primeiro conhecimento dos fatos, transitório e precário, que nada tem de metafísico, pois não é uma verdade que se manifeste em epifania. Dessa forma, adjudicar à política o papel de constituir a verdade dos fatos é flertar com o autoritarismo.
- 53 Ao longo da narrativa do romance, Musil esclarece que suas personagens não compreendem a complexidade existente na relação entre o fato jornalístico e o fato histórico. O subsecretário Tuzzi, por exemplo, descobriu uma falha na estrutura do Ministério do Exterior e da Casa Imperial, a de que o órgão não estava preparado para pessoas como a personagem do escritor Arnheim, autor de diversos livros importantes. Dessa forma, o subsecretário se dirigiu ao chefe do departamento de imprensa, solicitando informações mais consistentes a respeito de Arnheim.

O chefe do departamento de imprensa admirou o subsecretário Tuzzi pelos muitos detalhes da personalidade de Arnheim que já conhecia, admitiu já ter ouvido falar nele, mas logo negou que estivesse arquivado em seu departamento, pois, que se lembrasse, ele jamais fora objeto de algum relatório oficial, e compreensivelmente o material jornalístico que coletava não podia abranger todas as manifestações de pessoas privadas (Musil, 1989, p. 151).

- 54 Todavia, o subsecretário pondera que hoje em dia nem sempre se pode determinar com clareza o limite entre importância privada ou pública das pessoas e dos acontecimentos, ao que o chefe do departamento de imprensa retruca que o seu departamento registra toda a manifestação pública. No entanto, é preciso que se delimite o conceito de “público”.

Posso garantir que se encontrará em dez minutos em nossos arquivos cada aparte feito por um deputado em qualquer sessão no ano em curso, e cada aparte dos últimos dez anos em no máximo meia hora, tratando-se de política externa. Isso vale para qualquer artigo sobre política em jornal; os meus funcionários trabalham escrupulosamente. Mas são manifestações palpáveis, por assim dizer responsáveis, relacionadas com acontecimentos sólidos, poderes e conceitos firmes. [...] Mas qual o limite entre aquilo que se deve levar em conta e o que se omite? Já houve até poemas políticos. Deveríamos registrar todos os fazedores de versinhos...? Ou quem sabe só autores do Burgtheater... (Musil, 1989, p. 152)

- 55 O subsecretário insiste na demanda e diz que se não é possível agregar ao ministério um estado-maior inteiro de críticos de livros e de teatro, não se pode negar que tais pessoas influenciam na formação das ideias dominantes no mundo. Por fim,
- o chefe do departamento de imprensa deu ordem de encomendarem a obra completa de Arnheim para a biblioteca do setor, a fim de que o assunto não ficasse no ar, e o subsecretário Tuzzi dirigiu-se a um setor político, onde solicitou que pedissem à embaixada em Berlim um relatório completo sobre a pessoa de Arnheim. Era a única coisa que lhe restava fazer naquele momento, e antes que esse relatório chegasse só havia sua esposa para informá-lo sobre Arnheim, o que se tornara muito desagradável (Musil, 1989, p. 152).
- 56 Porém, a personagem Arnheim tem uma visão muito crítica do discurso da imprensa, lugar em que se misturam, na mesma linguagem, os profetas e os vigaristas, cujas redações são constantemente importunadas por indivíduos que se consideram gênios, sendo muito difícil reconhecer corretamente o valor de uma pessoa ou uma ideia:
- [...] E temos de nos fiar em nosso ouvido, para reconhecermos quando o rosnado e arrastar de pés diante da porta da redação é forte a ponto de poder ser admitido como voz do povo. E a partir desse momento, o gênio entra, mas em outra condição. Não é mais apenas o tema fútil da crítica literária ou teatral, cujas contradições um leitor que corresponde aos desejos da imprensa encara como tagarelices de criança; pelo contrário, ele é promovido, passa a ser um fato, com todas as consequências (Musil, 1989, p. 235).
- 57 Portanto, fica-nos claro que compreender a complexidade da trama dos fatos da realidade não é algo tão simples como acreditam as personagens do romance *O homem sem qualidades* (Musil, 1989), pois elas não alcançam as artimanhas da contemporaneidade e não percebem que é preciso atravessar a “montanha incontornável” da realidade, haja vista que as afinidades eletivas entre Comunicação e História dizem respeito à reflexão acerca das instâncias de interlocução, aos limites e às possibilidades do diálogo entre duas epistemologias, cujas descontinuidades remetem à complexa trama da realidade social marcada por aproximações, repulsas, afinidades e interditos, com movimentos de convergência, atração recíproca, combinação e fusão em múltiplas escalas e temporalidades.

---

## BIBLIOGRAFIA

- Aristóteles (1990). *Poética*. Maia, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Bloch, M. (2002). *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Bourdieu, P. (2010). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- Bucci, E. (2019). *Existe democracia sem verdade factual?*. São Paulo, Brasil: Editora Estação das Letras e Cores.
- Burke, P. (2002). *História e teoria social*. São Paulo, Brasil: Ed. UNESP.
- Foucault, M. (2008). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária.

- Hartog, F. (2013). *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Kant, I. (2001). *Crítica da razão pura*. Lisboa, Portugal: Calouste Gulbenkian.
- Koselleck, R. (2013). A configuração moderna do conceito de História. In Koselleck, R. *et alii*. *O conceito de História*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro V: as formações do inconsciente (1957-58)*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Lene, H. (2014). O “fato jornalístico” como conceito crucial no jornalismo e suas imbricações como “fato histórico” e “fato social”. *Revista Ecopós, Transformações do visual e do visível*, 17 (2). Rio de Janeiro, Brasil: UFRJ.
- Lukács, G. (2000). *A teoria do romance*. São Paulo, Brasil: Duas Cidades/Editora 34.
- Martino, L. (2003). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo, Brasil: Loyola.
- Musil, R. (1989). *O homem sem qualidades*. Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira.
- Musil, R. (1978). *Prosa und stücke, kleine prosa, aphorismen, autobiographisches essays und reden, kritik*. Reinbeck b. Hamburg, Alemanha: Rowohlt.
- Nora, P. (1984). O acontecimento e o historiador do presente. In Goff, J. & Nora, P.. *A nova história*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Park, R. (1976). A notícia como forma de conhecimento. In Steinberg, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo, Brasil: Cultrix.
- Sodré, M. (2002). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Sófocles. (2002). *A trilogia tebana*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Vainfas, R. (1997). Caminhos e descaminhos da história. In Cardoso, C. F. & Vainfas, R.. *Domínios da história*. Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier.
- Watt, I. (1957). *The rise of the novel*. Londres, Inglaterra: Chatto and Windus.
- Wehling, Arno (1992). Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5(10), 147-169.
- Wittgenstein, L. (2001). *Tractatus lógico-philosophicus*. São Paulo, Brasil: EDUSP.
- Wittgenstein, L. (1996). *Investigações filosóficas*. São Paulo, Brasil: Nova Cultural.

## RESUMOS

O artigo analisa o romance *O homem sem qualidades*, de Robert Musil, que possui uma noção de ensaísmo com desdobramentos singulares que ultrapassam as convenções de gênero, porquanto sua concepção de ensaio e de romance não se prende às formas, mas ao pressuposto existencial que as determina. Por meio da literatura, articula-se a afinidade eletiva em duas frentes complementares, História e Comunicação, pois esses dois saberes dizem respeito à reflexão acerca das instâncias de interlocução e aos limites e às possibilidades do diálogo, sendo tomados, em sentido estrito, como expressão de configurações culturais.

This paper analyzes the novel *The man without qualities*, by Robert Musil, who possesses a notion of essayism that acquires singular unfolding that surpasses the conventions of gender, since its conception of essay and novel is not related to the forms, but to the existential presupposition

that determines them. Through the literature, the elective affinity articulates in two complementary fronts, History and Communication, since these two knowledges concern the reflection about the instances of interlocution and the limits and possibilities of the dialogue, being taken, strictly, as expression of cultural configurations.

## ÍNDICE

**Keywords:** literature, press, history

**Palavras-chave:** literatura, imprensa, história

## AUTORES

### **RAMSÉS ALBERTONI BARBOSA**

Universidade Federal de Juiz de Fora  
ramses.albertoni@ich.ufjf

### **CHRISTINA FERRAZ MUSSE**

Universidade Federal de Juiz de Fora  
cferrazmusse@gmail.com